



**ACTA Nº.29/2011**  
**REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA**  
**MUNICIPALDE BORBA**  
**REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2011**

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha, Rosa Maria Basílio, Véstia e Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal de Borba.-----

**Movimento Financeiro -----**

Foi presente e distribuído o resumo de tesouraria do dia 20 de Dezembro de 2011, que acusa um total de disponibilidades de € 1.046.914,52.-----

**-----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

**Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de Interesse para a autarquia-----**

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinham algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendessem apresentar.-----

O Senhor vereador Joaquim Serra apresentou uma “Moção” sobre o “Não Aumento das Taxas Moderadoras” que, depois de analisada pelo restante executivo, **foi aprovada por unanimidade**. A mesma foi enviada para a ARS Alentejo, os Grupos Parlamentares, 1º Ministro, Presidência da República e Comunicação Social.-----

Ficará cópia da mesma arquivada em pasta anexa como documento nº.1.-----



Seguidamente os eleitos em maioria apresentaram uma “Tomada de Posição” sobre a “PL 254/2011 – Controlo da Execução Orçamental” que, depois de analisada pelo restante executivo, foi aprovada por unanimidade. A mesma foi enviada para a Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----  
Ficará cópia da mesma arquivada em pasta anexa como documento nº.2.-----  
Não tendo sido apresentado mais nenhum assunto o Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta de alteração à ordem do dia.-----

### **Proposta de alteração à Ordem do dia**-----

Por proposta do Senhor Presidente, deverá ser alterada a redacção do ponto 2.7 ficando a mesma com o seguinte teor: “Proposta de 5ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 4ª Revisão ao Orçamento da Receita”. Deverão ainda ser incluídos os seguintes pontos: “Ratificação de Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013 celebrado entre Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo e o Município de Borba” e “Patrocínio para o Cartão de Identificação Pessoal da Piscina Municipal Coberta de Borba”. Com a inclusão destes dois pontos o ponto 2.10 (Actividades da Câmara) passa a ponto 2.12.-----

**Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.**-----

O Senhor vereador Joaquim Serra votou favoravelmente a proposta de alteração à ordem do dia, por ser informado atempadamente da inclusão dos pontos e lhe ser entregue a documentação respectiva.-----

## **-----PONTO 2. ORDEM DO DIA-----**

A Ordem do dia passou a ser a seguinte:-----

Ponto 2. Ordem do Dia-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº.27/2011-----

Ponto 2.2 – Aprovação de Acordo (Formação em Contexto de Trabalho) a estabelecer entre a Escola Secundária Pública Hortênsia de Castro e o Município de Borba-----



- Ponto 2.3 – Atribuição de Abono para Falhas-----  
Ponto 2.4 – Anulação de Guias de Receita-----  
Ponto 2.5 – Documentos Previsionais:-----  
    a) Orçamento para o ano de 2012-----  
    b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2012-----  
Ponto 2.6 – Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2012-----  
Ponto 2.7 – Proposta de 5ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 4ª Revisão ao Orçamento da Receita-----  
Ponto 2.8 – Aprovação de Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, de Corrupção e de Infracções Conexas.-----  
Ponto 2.9 – Candidatura do Cante Alentejo a Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO – Classificação como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal-----  
Ponto 2.10 – Ratificação de Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013 celebrado entre Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo e o Município de Borba-----  
Ponto 2.11 – Patrocínio para o Cartão de Identificação Pessoal da Piscina Municipal Coberta de Borba-----  
Ponto 2.12 – Actividades da Câmara-----

## **PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA Nº.27/2011-----**

Previamente distribuída por todo o executivo, esteve presente a acta nº.27/2011 que, depois de analisada, foi aprovada por unanimidade.-----

## **PONTO 2.2 – APROVAÇÃO DE ACORDO (FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO) A ESTABELECEER ENTRE A ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA HORTÊNSIA DE CASTRO E O MUNICÍPIO DE BORBA-----**

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente o Acordo (Formação em Contexto de Trabalho) a estabelecer entre a Escola Secundária



Pública Hortênsia de Castro e a Câmara Municipal de Borba, que tem por objecto a instituição entre as partes de um sistema de cooperação na área de *Informática* com o objectivo de proporcionar a realização de um estágio de formação em contexto de trabalho, aos formandos do *Curso Profissional de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos* da Escola Secundária Pública Hortênsia de Castro que, depois de analisado, foi deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

Por se considerar impedido o Senhor Presidente não participou na discussão nem na deliberação deste Acordo.-----

Ficará cópia do referido Acordo arquivada em pasta anexa como documento nº.3.-----

### **PONTO 2.3 – ATRIBUIÇÃO DE ABONO PARA FALHAS-----**

Presente requerimento apresentado pelos funcionários Vera Cristina Duarte Santos e Paulo Alexandre Pereira Massas (que se arquiva em pasta anexa como documento nº.4) solicitando a atribuição de abono para falhas, tendo em conta que ambos asseguram diariamente o normal funcionamento do serviço de tesoureiro, a funcionar, no Balcão Único.-----

Tendo em conta parecer jurídico, anexo, a Câmara Municipal poderá deliberar reconhecer a ambos os requerentes o direito a receber abono para falhas, ao abrigo do disposto no nº.3 do artigo 2º do Decreto-Lei nº.4/89, de 6 de Janeiro, na redacção fixada pelo Decreto-Lei nº.276/98, de 11 de Setembro.-----

Assim, e por proposta do Senhor Presidente, deverá se atribuído abono para falhas aos referidos funcionários.-----

Seguidamente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

### **PONTO 2.4 – ANULAÇÃO DE GUIAS DE RECEITA-----**

Presente informação da Coordenadora técnica (que se arquiva em pasta anexa como documento nº.5) referindo que após análise de todas as guias de receita



não pagas existentes no programa do POCAL, chegou-se à conclusão que as constantes da tabela anexa deverão ser anuladas com os motivos apresentados na mesma.-----

**De acordo com a referida informação, o Senhor Presidente propôs a anulação das guias de receita apresentadas na listagem anexa.-----**

**Seguidamente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----**

## **PONTO 2.5 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----**

O Senhor Presidente fez uma breve apresentação dos documentos previsionais referindo o seguinte: “em termos de estratégia central continua a ser a que sempre temos vindo a defender, ou seja, “o Conselho Competitivo, Coeso, Sustentável e Inovador – uma referência no Alentejo”, e continuamos a definir as mesmas linhas estratégicas.-----

Quanto às linhas estratégicas, e em relação à 1ª Linha “Projectar o Desenvolvimento do Concelho” realçou a questão da modernização e qualificação do atendimento aos cidadãos. Tem sido feito um importante trabalho, a esse nível, e considera que o nosso concelho (entre concelhos com a mesma dimensão) já é uma referência a nível nacional. A título de exemplo referenciou, o Balcão Único, desmaterialização de processos, etc. O mesmo se passa também em relação à Modernização do Edifício dos Paços do Concelho. Vamos continuar a trabalhar no sentido de lavar por diante aquilo que nos propusemos.-----

No que se refere à “**Valorização e Cooperação com a Comissão Europeia, Governo, etc.**” – destacou dois aspectos importantes: “O Projecto URBAL” que no fundo tem tido um papel importante, que nos tem dado alguma ajuda, com a possibilidade de promovermos os nossos produtos no Estrangeiro. Ainda nesta área é de destacar também o importante trabalho que tem sido feito pelos “Sapadores Florestais”, pois são também uma referência no Distrito.-----



No que se refere à 2ª Linha Estratégica de desenvolvimento “Afirmar uma Educação de Excelência” – é de referir que estão a avançar os novos equipamentos (o caso do Centro Escolar e da EB2,3).-----

Quanto à Acção Social Escolar é de referir todo o apoio financeiro que tem sido dado aos estudantes, a questão dos transportes, a gestão e manutenção das Cantinas, a componente de apoio à família, etc. O mesmo se passa com as Actividades de Enriquecimento Curricular que também têm sido muito importantes e têm contribuído para o enriquecimento e a promoção dos alunos do nosso concelho.-----

Relativamente à 3ª Linha Estratégica – “Promover a Qualidade de Vida e o Desenvolvimento Sustentável” – pretendemos continuar a trabalhar nestas áreas, embora sejam as áreas em que se corta mais. Contudo é de realçar o trabalho que tem sido feito na Programação Cultural em Rede, nomeadamente, o Projecto candidatado ao INALENTEJO “Projecto Rede de Equipamentos Culturais” que tem permitido que se realizem acções que a Câmara, só por si, não teria hipóteses de fazer. A destacar ainda nesta área os Melhoramentos no Parque Urbano Desportivo. Pretendemos avançar com os Arranjos Paisagísticos em Rio de Moinhos, nomeadamente, o Jardim Temático. Neste momento está a ser feito um importante trabalho ao nível da limpeza da ribeira.-----

Sobre a “consolidação de políticas de promoção da saúde a nível local” – esperamos que os cortes que estão a ser feitos na área da saúde não venham a penalizar o importante trabalho que temos feito, nomeadamente, com a Unidade Móvel de Saúde, e com as extensões de saúde que foram criadas em Rio de Moinhos e Orada, e que as populações não venham a ser penalizadas.

No que se refere aos “instrumentos de planeamento e ordenamento do território” continuamos a trabalhar com a “prata da casa”. O Plano de Pormenor de Santa Bárbara está fase de conclusão, e o da Zona Industrial Cruz de Cristo também. Pretendemos avançar com a Revisão do Plano de Urbanização de Borba, bem como o Plano de Pormenor da “Horta Nova”. O Plano de Pormenor da Ecopista também está em fase bastante adiantada.-----

Quanto à 4ª linha Estratégica – “Coesão e Justiça Social” – nesta área temos feito algum trabalho ao nível da Rede Social, ao nível de pequenas



intervenções em habitações do munícipe e algumas habitações no âmbito do Programa de Recuperações de Habitações para pessoas carenciadas.-----  
Ainda nesta linha, e no que respeita à **“promoção do bem-estar”**, temos feito algumas ações desportivas e de lazer e pretendemos continuar a fazê-las.---  
No que se refere à **“inclusão Social e apoio a pessoas e instituições”** há que realçar os Contratos Sociais de Desenvolvimento Social que têm sido importantes, mesmo não tendo sido apoiados a 100%, esperamos que isso se venha a concretizar, mas permitiu a criação de alguns equipamentos que de outra forma não teríamos tido hipótese de fazer. Frisou ainda algumas atividades que têm sido feitas a nível de material didático (fornecidos a alunos do 4º ano das Escolas EB1) o Projeto “Reler”, e também o Programa “PCHI” que esperamos que sejam apresentadas algumas candidaturas. Pretendemos fazer aquilo que consideramos ser possível com os constrangimentos e as limitações orçamentais que são do conhecimento de todos nós.-----  
No que se refere à 5ª Linha Estratégica – “Potenciar o Turismo, a Competitividade, e Inovação e Empreendedorismo” é de referir atividades que pretendemos continuar a desenvolver, quer algumas realizações de “Iniciativas Culturais”, “Noites de Verão”, etc, naturalmente procurando reduzir custos. Quanto à **“Promoção e valorização da gastronomia, produtos tradicionais e endógenos”** frisou a realização da Festa da Vinha e do Vinho. Quanto à Feira do Queijo e Feira das Ervas Alimentares, este ano, continuamos a não realizar estes eventos. Realçou também algum trabalho no âmbito do PROVERE que tem permitido dinamizar alguns investimentos no Concelho, e mais não se faz porque não tem havido concursos no sentido dos produtores fazerem as suas candidaturas. No que se refere à **“Promoção externa do concelho”** pretendemos continuar com a criação da promoção de imagem do Município. Quanto que se refere à **“Dinamização de equipamentos existentes”** pensa que o Mercado Municipal vai ficar pronto brevemente. Pretendemos também a dinamização do Pavilhão de Eventos e vamos tentar avançar com os Polos Industriais de Orada e de Santiago de Rio de Moinhos, fazendo faseadamente porque a época não é de grandes investimentos nessa área, ou seja, gastar muito dinheiro em infraestruturas para que depois não sejam ocupados, não faz muito sentido.-----



Para tudo isto temos um orçamento da ordem dos 18.561.275,10€, que estão divididos em receitas correntes de 6.747.359,00€ receitas de capital de 11.813.925,10€. -----

Da análise que fez aos orçamentos ao longo dos anos, em sua opinião, pensa que têm estado a melhorar. Obviamente que poderiam melhorar mais se as receitas fossem superiores. Mas dentro da conjuntura que todos estamos a viver, pensa que tudo está a correr dentro do previsto e começamos a obter o resultado do esforço que temos vindo a fazer ao longo destes anos.-----

Entretanto referiu se houver necessidade de algum esclarecimento técnico solicita a presença do Chefe de Divisão, que esclareceu o que lhe foi solicitado.-----

**Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra** e, em relação ao orçamento, referiu que, este ano, houve mais alguma preocupação, apesar dos alertas que foi fazendo ao longo dos anos, no sentido de ir retirando esta margem de manobra que permita fazer mais compromissos do que aqueles que se podem efetivamente pagar. Certamente devem ter visto, e o Chefe também, pois se tiverem um orçamento mais apertado é das poucas maneiras que têm de se estender a fazer despesa. Isso é bom porque ele hoje já consegue fazer um orçamento com 18 milhões apesar de termos uma receita na ordem dos 7 ou 8 milhões. Já tivemos situações de maior empolamento o que quer dizer que, neste momento, está a tentar não assumir compromissos reduzir assim a despesa efetuada, o que me parece ser uma postura mais correta, do que deixar aquela liberdade de fazerem despesas sem qualquer responsabilização dos compromissos.-----

Contudo daquilo que li nos documentos, parece-me que estão cansados de vir a esta mesa, ou seja, de ano para ano são os mesmos, mudam-se as datas e pouco mais.-----

Por outro lado o que me parece que está mal é o Senhor Presidente reconhecer que a conjuntura económica é hoje muito mais difícil do que era há 4 ou 5 anos atrás, e também que a situação financeira do Município se degradou nos últimos anos, e que as possibilidades que o Município tem hoje de recorrer a crédito e de ter recursos financeiros ao seu dispor também se reduziram. Mas tudo isto e toda esta constatação não levou à reavaliação das



linhas estratégicas. Isto é, mantêm-se as mesmas linhas estratégicas, mantêm-se as mesmas estratégias para o desenvolvimento, e mantêm-se os mesmos programas e as mesmas ações, como se nada disto tivesse sido alterado. Parece-me que há qui um grande erro de forma, porque se a conjuntura mudou, então deveriam ter sido reavaliadas as estratégias, os modelos e as ações. Pensa que deveria haver um cuidado maior, não só na elaboração destes documentos previsionais, mas também na definição das linhas estratégicas. Parece-me também que este orçamento vai ter um problema grande na sua execução, porque a maior parte destas verbas, nomeadamente, no que diz respeito ao investimento já estão comprometidas. Estamos a falar de um orçamento que tem para investimentos cerca de 11 milhões de Euros, dos quais cerca de 5 milhões já estão comprometidos. Depois há uma parte que é do URBAL que em termos efetivos de execução no Município não terá, e depois a obra da Escola que será um grosso também em 2012 neste investimento. E é este investimento, contra o qual sempre me opus, nomeadamente, contra o Centro Escolar, que me parece não ter cabimento nesta fase. Com a Remodelação da Escola Padre Bento Pereira concordo, mas o Centro Escolar que traz um encargo para a Câmara na ordem de 1 milhão de Euros, juntamente com os encargos assumidos e não pagos e juntamente com o financiamento que temos junto da Banca, não me parece que a Câmara tenha condições de vir a assumir esta despesa sem degradar ainda mais as condições financeiras do Município. Parece-me que continua a haver ainda alguma falta de rigor na definição das prioridades e na definição dos investimentos. Estamos a pagar ao longo destes anos, e vamos continuar a pagar, aquilo que foram alguns erros da gestão dos últimos 10 anos, e serão precisos mais 10 anos de boa gestão para poder regularizar estas situações. Não me parece que este orçamento e estas propostas vão levar a isso, porque não define metas, não se sabe o que está comprometido e o que representa os nossos compromissos, e era importante que este exercício se fizesse, porque a gestão orçamental, a partir do próximo ano, vai ser feita a partir dos compromissos assumidos e não dos pagamentos. Seria bom saber aquilo que são os compromissos assumidos e não pagos o que nos propomos ter pago no ano de 2012, ou seja, quais são as metas. -----



Seria importante fazer uma reflexão de como vamos conseguir resolver esta questão dos compromissos assumidos e não pagos, e em que prazo. Vão vir penalizações pesadas, e já estamos com dificuldades, essas dificuldades serão cada vez maiores, por isso parece-me que este Projeto do Centro Escolar não veio na melhor altura.-----

Vou votar contra os documentos apresentados, e vou deixar uma mensagem: "é evidente que o tempo não para, a crise é a crise... mas o Município tem respostas a dar e tem que efetivamente continuar a sua atividade. É preciso bom senso, prudência e muita cautela naquilo que são os investimentos. Parece-me que esta proposta deveria ter sido travada mais um bocadinho, porque não vamos ter condições em 2012 de realizar, pois prevê-se que 2012 seja pior que 2011, e se em 2011 se consegui chegar aos 7 milhões, certamente em 2012 não iremos lá chegar. Vai haver, na área social, mais necessidades no Município, ou seja, vai haver mais gente a bater à porta da Câmara com outro tipo de necessidades e que este orçamento não está preparado para dar resposta e seria bom que se fosse pensando nisso. Existem já alguns Municípios que estão a implementar estas situações com refeitórios sociais, e coisas deste tipo, que vão trazer despesas acrescidas ao Município, e que no nosso caso não estão a ser contempladas."-----

***Usou da palavra o Senhor vereador Humberto*** e referiu o seguinte: "Quanto a estes documentos previsionais, naturalmente por serem previsionais, a possibilidade de serem suscetíveis de alterações e revisões é uma realidade. Contudo, já à semelhança do orçamento previsto para 2011 a prudência, a responsabilidade e a plena consciência pelo caminho a seguir, foram também palavras chave para a elaboração destes documentos para o ano 2012. É evidente que compromissos assumidos por pagar, devidamente contabilizados nas nossas contas, são uma realidade que nos dificulta a elaboração destes documentos, tal como o Vereador Serra acabou de transparecer, contudo também sabe que tem sido sempre assumido essa questão, mas que ano após ano vamos tentando melhorar, sendo uma evidência essa melhoria com o decorrer do tempo.-----

Este orçamento em minha opinião, reflete também clara preocupação de caminhar para um equilíbrio orçamental, veja-se como está prevista a



execução da despesa em que se procura realizar com grandes certezas sobre a sua contrapartida de financiamento. Contudo, reflete também um esforço de todos, incluindo trabalhadores da autarquia, sempre na perspetiva de redução da despesa corrente, procurando fazer mais e melhor, com a finalidade de melhorar as condições de vida da população do concelho. Um bom exemplo, é a forte aposta desta maioria em levar para a frente mais um grande investimento, refiro-me à Escola EB23 e Centro Escolar. Não tenho dúvidas que a melhoria das condições de vida da população, será significativa com a execução deste investimento. Os meios de ensino aprendizagem serão melhores, beneficiando docentes, não docentes e sobretudo os alunos, o que naturalmente, se os alunos estão bem então os encarregados de educação também serão beneficiados com estas melhorias que se esperam. Conscientes das dificuldades que acarreta todo um processo desta natureza, não duvido que as atuais gerações e futuras, beneficiarão de um investimento por um longo período de tempo. Assim, quando o Sr. Vereador Serra, refere "...que se comprometem gerações vindouras...", permita-me que discorde mas respeite, como já o fiz em outras ocasiões. Entendo que comprometer gerações vindouras será nada fazer para as atuais e futuras, isto é, investimentos como: infraestruturas rodoviárias, equipamentos desportivos, culturais, educação, etc, que são uma realidade nestes últimos anos, corresponderão de imediato ao usufruto desta gerações e naturalmente futuras.-----

O orçamento de 2011, já foi de muita contenção, mas também muito consciente, assim será o de 2012 que esperamos conseguir executar da melhor forma possível, embora a circunstâncias atuais sejam verdadeiramente muito difíceis e imprevisíveis. De qualquer das formas não vamos baixar os braços, não vamos encerrar portas e não olhar para as nossas populações. Vamos sim ver sempre as oportunidades que conseguimos encontrar e que nos chegam, para ajudar a resolver da melhor forma, as condições de vida à população de todo o concelho.-----

Quando o vereador Serra se refere à área "social", também quero dizer o seguinte: "ouvimos constantemente na Comunicação Social notícias sobre



esta questão, de alguns Municípios darem respostas sobre a forma de refeitórios sociais, etc.-----

Não estou contra essas decisões, contudo considero que numa primeira instância não devem ser os Municípios a assumir uma responsabilidade que compete em primeiro lugar ao órgãos centrais e descentralizados que tutelam estas matérias, assim como, às instituições que desenvolvem acórdãos com o Governo para estas finalidades sociais. Todavia, através da Rede Social local, dever-se-á estar atentos a questões desta natureza e encontrar as parcerias mais acertadas, para dar a melhor resposta possível. Naturalmente, o Município não se demarca desta questão, contudo, entendo que de forma articulada com os parceiros que compõem a Rede Social local não terá qualquer problema em assegurar a responsabilidade com que se comprometer, assim como, continuará muito atento ao desenvolvimento desta questão social, no nosso concelho.”-----

***Usou da palavra o Senhor Presidente*** e referindo-se ao Orçamento, realçou que os investimentos surgiram na altura certa. Contudo as regras por vezes mudam, e cada vez mudam mais, que nos criam situações que não esperamos. Refiro-me aqui ao que o vereador Serra disse quanto “aos compromissos assumidos e não pagos”. Espero que com as candidaturas que temos, neste momento, que nos permitem encaixar dinheiro, e que no ano de 2012 possamos resolver parcialmente esse problema. Contudo, não há dúvida que o ano de 2012 seja um ano complicado.-----

Quanto á questão “social”, apontada pelo vereador Serra, considero que o nosso Município consegue responder, de imediato, se houver necessidade, no que se refere à alimentação em termos de crianças, ou seja, as nossas cantinas têm condições de responder de imediato. Contudo também considero que o Governo que gere este tipo de problemas tem que perceber que quando procura resolver os problemas por um lado está a criar outros por outro lado. Isto é, a questão dos “Refeitórios Sociais” a questão dos “Cabazes de Natal”, considero que se começa a entrar na fase da “politiquice”, ou seja, de aproveitar os problemas das pessoas, ou aquilo que afeta este país, para se tirarem dividendos políticos. Considero que se houver necessidade e, se chegarmos à conclusão, em termos de Rede Social, que esses problemas



estão a acontecer, certamente teremos oportunidade de discutir e colocaremos as nossas cantinas a funcionar, desde que dentro dos parceiros da Rede Social as nossas IPSS, sobretudo as que têm acordos não possam dar resposta ao problema, porque quem “come a carne tem que roer os ossos”, e aqui penso estarmos todos de acordo. Estamos na linha de ir avaliando o que se está a passar e se houver necessidade cá estaremos para avançar.”-----

Após esta discussão sobre os documentos, o Senhor Presidente colocou à votação, em separado, as propostas de Orçamento e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2012: Assim, e com valores discriminados, segue-se:-----

**a) Orçamento para o ano de 2012-----**

Receita Corrente: 6.747.359,00 €-----

Receita de Capital: 11.813.925,10 €-----

**Total da Receita: 18.561.275,10 €-----**

Despesa Corrente: 6.747.359,00 €-----

Despesa de Capital: 11.813.925,10 €-----

**Total da Despesa: 18.561.275,10 €-----**

Assim, conforme estabelecido na alínea c) do nº.2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal após a elaboração da proposta de Orçamento para o ano de 2012, deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Hugo Alexandre Godinho Mendanha. Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva e apresentou a seguinte declaração de voto:” A conjuntura económica e financeira que se vive no país e no mundo associada á degradada situação financeira do município exigia por parte dos eleitos um maior rigor, um maior critério e um maior discernimento relativamente ás medidas a adotar durante o ano de 2012 e seguintes, de forma a minimizar os resultados dos erros de gestão acumulados ao longo dos últimos dez anos e que arrastaram o município de Borba para a situação critica em que se encontra.-----



As medidas apontadas e aprovadas no orçamento do governo para 2012, são um enorme atentado á autonomia e á capacidade de intervenção dos municípios. Tudo o que consta de medidas adotadas e a adotar a partir de 2012 são para uma maior asfixia financeira e um conjunto de maiores dificuldades que se apresentam á gestão, nomeadamente o que diz respeito a limites ao endividamento, á obrigatoriedade do seu cumprimento e às restrições ao crédito.-----

Se juntarmos a isto que está em apreciação um documento que visa controlar o endividamento através do montante de compromissos assumidos e não pagos e não pela despesa paga as dificuldades serão ainda maiores.-----

Comprometidas que já estão as gerações vindouras, seria imprescindível que este orçamento desse sinais de “bom senso “ de “cautela” e de “prudência” no respeito por essas mesmas gerações.-----

Por isso as Grandes Opções do Plano e o Orçamento de 2012 deveria ter sido elaborados tendo em consideração a situação real que vivemos e não aquela que vivíamos há 8 ou 10 anos atrás quando foram delineadas.-----

Apesar das dificuldades cada vez maiores e de estarmos perante uma realidade completamente diferente nem a visão estratégica se alterou nem as medidas estratégicas nem mesmo as linhas de intervenção foram revistas.-----

Os anos de 2010 e de 2011 já demonstraram que esta visão, as linhas estratégicas e as linhas de intervenção não estão adaptadas ao tempo real e que ao contrário do que se apresenta como propaganda o concelho está hoje em pior situação que há 10 anos atrás e o município com uma capacidade cada vez menor de intervenção, e os borbenses vivem também cada vez pior e com maiores dificuldades.-----

Mas não reconhecendo isto os eleitos em maioria continuam inalteráveis no seu rumo e a proposta que apresentam para 2012 não é mais senão do mesmo.-----

Um orçamento de novo inflacionado para fazer face a compromissos assumidos e não pagos em anos anteriores, desta feita em mais de 6 milhões de euros em rubricas residuais como outras receitas correntes e outras receitas de capital, para onde são lançados milhões de euros de receitas previstas quando apenas se recebem por poucos mil euros.-----



Mas mesmo assim e sem meios financeiros para pagar os compromissos já assumidos e por pagar em mais de 6 milhões de euros sem contabilizar empréstimos, continua-se a avançar para uma obra nova de mais de 6 milhões de euros para a qual o município terá que encontrar receitas próprias de quase um milhão de euros.-----

Se nós analisarmos a execução orçamental da receita em 2011, verificamos que dos 14 milhões e quinhentos mil euros de receitas previstas (após as revisões em baixa) se encontram efetivamente cobradas apenas 7 milhões e 600 mil euros (pouco mais de 50%) e que no lado da despesa estão assumidos 13 milhões e 800 mil euros dos quais apenas foram pagos 6 milhões e 900 mil euros ficando por pagar 6 milhões e 500 mil euros quase tanto como o que foi pago, sentimos que com a obrigatoriedade de reduzir estes compromissos este orçamento é mais uma vez uma manobra de diversão.-----

Seria necessário que os documentos apresentassem medidas efetivas para a redução destes valores em compromissos assumidos e não pagos em vez de lhes arranjar unicamente espaço para terem dotação orçamental.-----

Que parte destes compromissos se pretende reduzir em 2012?-----

Quantos anos serão necessários para resolver este défice?-----

Que medidas foram e vão ser tomadas face às novas exigências de rigor?-----

Nada disto está respondido e o que nos é dado é de novo um orçamento inflacionado e desta vez com uma obra de 6 milhões de euros em 2 anos que obriga a um maior esforço e vai certamente conduzir a uma maior degradação a situação financeira do município.-----

“Por tudo o que foi dito voto contra os documentos apresentados.”-----

### **b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2012-----**

Grandes Opções do Plano:-----

Valor em 2012: 13.985.619,87 €-----

Valor total: 24.049.785,55 €-----

PPI:-----

Valor em 2012: 11.037.994,87€-----

Valor total: 15.442.210,55€-----



Assim, conforme estabelecido na alínea c) do n.º.2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal após a elaboração da proposta de Orçamento para o ano de 2012, deliberou, por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Hugo Alexandre Godinho Mendanha. Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva com base na declaração de voto acima apresentada.-----

Ficará cópia dos referidos documentos arquivada em pasta anexa como documento n.º.6.-----

## **PONTO 2.6 – APROVAÇÃO DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2012-----**

Face ao disposto no artigo 5º da Lei n.º.12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicável às autarquias locais por força do disposto no n.º.2 do artigo 3º., os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta do orçamento.-----

Nesse mapa de pessoal consta, em obediência ao que dispõe o n.º.1 do artigo 5º do citado diploma legal, o mínimo de postos de trabalho de que os serviços carecem para o desenvolvimento das respectivas actividades e cujos encargos são considerados no orçamento municipal.-----

Tendo em atenção o plano de actividades para o próximo ano, a Câmara Municipal deverá submeter o Mapa de Pessoal para o ano de 2012 à aprovação da Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea o) do n.º.2 do artigo 53º da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores



Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Hugo Alexandre Godinho Mendanha. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva.---

## **PONTO 2.7 – PROPOSTA DE 5ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA E 4ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA-----**

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente proposta apresentada pelo Chefe de Divisão (que se arquiva em pasta anexa como documento n.º.7) para a 5ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 4ª Revisão ao Orçamento da Receita.-----

De acordo com a referida proposta e tendo em conta a alínea c) do n.º.2 do art.º.64º da Lei n.º. 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º.5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente propôs que a Câmara Municipal submeta à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de 5ª Revisão ao Orçamento da Despesa e a 4ª Revisão ao Orçamento da Receita.--- Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Hugo Alexandre Godinho Mendanha. Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva por considerar que esta revisão não é para resolver nenhum problema é apenas para melhorar a taxa de execução.-----

## **PONTO 2.8 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, DE CORRUPÇÃO E DE INFRACÇÕES CONEXAS-----**

No âmbito da recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção criado pela Lei 54/2008 de 04 de Setembro, a Câmara Municipal de Borba elaborou e aprovou na sua reunião de Câmara de dia 30 de Dezembro de 2009, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.-----

De acordo com a alínea d) do ponto 1.1 da referida recomendação, a Câmara



Municipal elaborou o Relatório Anual sobre a execução do referido Plano, cuja aprovação foi proposta pelo Senhor Presidente:-----  
Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Hugo Alexandre Godinho Mendanha. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva.--  
Ficará cópia dos referidos documentos arquivada em pasta anexa como documento nº.8.-----

**PONTO 2.9 – CANDIDATURA DO CANTE ALENTEJANO A PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DA HUMANIDADE DA UNESCO – CLASIFICAÇÃO COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DE INTERESSE MUNICIPAL-----**

Na reunião de Câmara de 23 de Novembro de 2011 foi deliberado ratificar Declaração de Apoio assinada pelo Senhor Presidente em 31 de Outubro de 2011, formalizando o seu apoio à candidatura do Cante Alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade, da UNESCO, e manifestando o seu consentimento à apresentação da referida candidatura, para os efeitos pretendidos.-----

Contudo, a Câmara Municipal de Serpa (Promotora da Candidatura) solicita os procedimentos necessários para que o “Cante Alentejano” seja classificado como Património de Interesse Municipal no Município.-----

Assim, considerando a importância que o Cante Alentejano assume na cultura local e na identidade do povo alentejano, contribuindo para a salvaguarda e difusão deste importante elemento cultural, a Câmara Municipal de Borba deliberou, por unanimidade, reconhecer o “Cante Alentejano” como Património Cultural Imaterial de Interesse no Município de Borba.-----  
-----  
-----



## **PONTO 2.10 – RATIFICAÇÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO 2007-2013 A CELEBRAR ENTRE AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO E O MUNICÍPIO DE BORBA-----**

Presente Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013 celebrado entre Autoridade de Gestão do Programa Operacional do Alentejo e o Município de Borba, que tem por objecto o co-financiamento pelo FEDER de uma comparticipação financeira para aplicação na operação n.º. ALENT-03-0344-FEDER-001616, designada por “Requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira e Centro Escolar de Borba – 1º Ciclo e Pré-Escolar, cuja ratificação foi proposta pelo Senhor Presidente.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra, a sua **aprovação**. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Hugo Alexandre Godinho Mendanha. Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva pelos mesmos motivos que tem apresentado aquando da abertura do procedimento para a empreitada em causa, ou seja: “1º. *Devido à situação financeira do Município, os investimentos deveriam ser criteriosamente definidos de modo a que os financiamentos fossem dirigidos para as grandes prioridades; - 2º. As escolas do concelho foram todas reabilitadas recentemente dotando-as de boas condições de funcionamento. Nesta reabilitação foram investidos vários milhares de euros, que são agora postos em causa com o encerramento destas instalações;-----*

3º. *Porque a construção deste Centro Escolar será um forte contributo para o encerramento, das escolas do 1º Ciclo e Pré-Primária das freguesias rurais a curto ou médio prazo;-----*

4º. *Porque a construção deste Centro Escolar vai contribuir para a redução de postos de trabalho quer em pessoal docente e não docente.-----*



*Deixo claro que esta posição é relativamente ao Centro Escolar e não se refere à requalificação da Escola Básica Padre Bento Pereira, com a qual estou perfeitamente de acordo.”-----*

Ficará cópia dos referidos documentos arquivada em pasta anexa como documento nº.9.-----

## **PONTO 2.11 – PATROCÍNIO PARA O CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DA PISCINA MUNICIPAL COBERTA DE BORBA-----**

Presente informação técnica que refere o seguinte “Relativamente ao assunto foi enviado no dia 07/10/2011 um ofício para a empresa Ponto Seguro, Lda, solicitando patrocínio para o referido cartão de identificação pessoal (em anexo).-----

A resposta ao solicitado surgiu por correio electrónico, dia 20/12/2011 (em anexo). Onde a empresa **Ponto Seguro, Lda** e a **Fidelidade Mundial SA** propõem o pagamento de 3000 euros para a referida contrapartida.-----

Após alguns esclarecimentos pedidos pelo vereador Joaquim Serra e prestados pelo Senhor vereador Humberto, por proposta do mesmo deverá ser aceite e que se inicie o período dos 3 anos, logo que o equipamento comece a funcionar ao público.-----

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, a sua **aprovação**. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Hugo Alexandre Godinho Mendanha e Rosa Maria Basílio Véstia. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva.---

Ficará cópia da referida informação arquivada em pasta anexa como documento nº.10.-----

-----

-----

-----

-----



## **PONTO 2.12 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----**

Despachos elaborados ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara-----

. Ao abrigo do nº.3 do artº.65º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente informou o restante executivo sobre os assuntos aprovados por despacho ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal que lhe foram delegadas em 04 de Novembro de 2009, tendo apresentado relação (que se arquiva em pasta anexa) com as alterações orçamentais aprovadas durante o período de 28 de Setembro a 20 de Dezembro de 2011.-----

O Senhor Presidente informou que, para além das atividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:-----

- Na Assembleia Distrital que se realizou na Câmara Municipal de Vila Viçosa;-----
- Na reunião do Conselho de Supervisão Estratégica do PROVERE, onde foi feito um balanço das atividades;-----
- Nas atividades dos almoços de Natal promovidos pelas Juntas de Freguesia;-----
- Nas Assembleias Gerias do CEVALOR, ESTER, e VALOR E PEDRA;-----
- Numa reunião do Conselho Executivo da CIMAC.-----

O vereador Hugo Mendanha, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- Os Sapadores Florestais estão a fazer limpeza da linha de água de Rio de Moinhos;-----
- Está a proceder-se ao arranjo da estrada que vai ligar ao novo edifício da Adega de Borba;-----
- Arranjo urbanístico da envolvente do mini-golf, uma vez que está projetado fazer-se um parque de estacionamento;-----



- Saída de Borba para Estremoz – terminou-se o arranjo urbanístico (colocação de calçada e de betuminoso em vários locais) faltando a parte do calcetamento cujo concurso vai ser aberto;-----
- Continuação da colocação de betuminoso em diversos remendos e buracos no concelho de Borba;-----
- Preparação dos espaços onde vão ser feitos os lumes, tendo em conta a época Natalícia;-----

O vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- Conclusão das atividades do Programa “Teias” que estavam previstas;
- Apresentação do Plano de Ação da “ Agenda 21 Local”, que se vai realizar amanhã no Cine-Teatro, pelas 17:00 horas;-----
- Representação em algumas Festas Natalícias, nomeadamente, Agrupamento de Escolas, Natal do Idoso, etc;-----

Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

### **-----ENCERRAMENTO-----**

Por não haver mais nada a tratar o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas treze horas e quinze minutos da qual se lavrou a presente ata, composta por vinte e duas páginas, que por ele vai ser assinada, e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----